



**LINGUAGEM E FONOAUDIOLOGIA:  
UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

*Ana Paula Berberian\**

Este momento em que se comemora os 500 anos da descoberta do Brasil representa uma oportunidade para refletirmos não só acerca da história da Fonoaudiologia, mas, sobretudo, como a Fonoaudiologia se articula à História do Brasil.

A análise acerca desta articulação implica o estudo de práticas de linguagem que vem sendo desenvolvidas no Brasil ao longo da história, participando da construção de nossa cultura e das formas de organização desta sociedade.

Partimos do pressuposto de que é compromisso da Fonoaudiologia analisar tais práticas, uma vez que as formas pelas quais as pessoas adquirem, representam e dominam as diferentes modalidades de linguagem, especialmente a oral e a escrita, estão diretamente relacionadas ao modo como se colocam, constroem e compreendem a realidade. Enfim, a forma pela qual os indivíduos se constituem

---

\* Fonoaudióloga, doutora em História pela PUC-SP; vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná; professora do curso de graduação da Universidade Tuiuti do Paraná.

*Ana Paula Berberian*

por meio da linguagem e a imagem que constroem de si e do grupo ao qual pertencem como falantes, escritores e leitores são dimensões que participam da construção de sua cidadania.

Assim, pensar a Fonoaudiologia na História do Brasil significa pensar como esta área vem participando da constituição do cidadão brasileiro. Pensar a Fonoaudiologia na História do Brasil significa evidenciar como as práticas fonoaudiológicas estão articuladas a uma série de práticas de linguagem que vem sendo processadas por diferentes áreas, com maior ênfase, a partir das primeiras décadas deste século. Significa também compreender que a natureza e o papel social da Fonoaudiologia não se definem apenas a partir de características específicas, mas pela intersecção que suas intervenções estabelecem com um conjunto de práticas de linguagem promovidas e elaboradas por diferentes áreas e agentes sociais.

O interesse em analisar o papel social da Fonoaudiologia marcou minha trajetória como pesquisadora. Durante a realização do mestrado, procurei respostas às questões: quando, como e por que as práticas fonoaudiológicas foram constituídas no Brasil. Portanto, sob orientação da Historiadora Dr<sup>a</sup> Maria Antonieta Antonacci, realizei, no Programa de Distúrbios da Comunicação da PUC-SP, um estudo das condições sociais, políticas e econômicas sobre as quais a Fonoaudiologia foi constituída e encontra-se fundamentada.

Durante este trabalho, deparamo-nos com evidências históricas que deflagram como as práticas fonoaudiológicas se constituíram como práticas de normatização da linguagem, as quais, de uma forma geral, reproduziam mecanismos de exclusão, de discriminação e de aculturação de diferentes grupos sociais que compunham e que compõem a sociedade brasileira. Diante da complexidade e, sobretudo, mediante a violência simbólica expressas nas práticas de normatização da linguagem, configurou-se a problemática de pesquisa desenvolvida durante meu doutorado. Ingressei no Doutorado no Programa de História da PUC-SP, ainda sob a orientação de Maria Antonieta Antonacci, e meu interesse de pesquisa esteve centrado no estudo da linguagem, da Fonoaudiologia e da realidade brasileira, a partir de recortes sobre:

- a natureza e o papel social da linguagem;
- os conflitos e as contradições expressos na hierarquização e na discriminação das diferentes modalidades de linguagem;

- as diferentes formas de lutas sociais processadas na e pela linguagem;
- as múltiplas estratégias de poder exercidas pela e na linguagem;
- a construção de instrumentos lingüísticos normativos e reguladores, como objetos históricos, ligados à formação da identidade e línguas nacionais.

Relatadas brevemente algumas das questões que motivaram meu interesse pela pesquisa no campo da História, as colocações que farei a seguir estiveram fundamentadas na análise de fontes produzidas nas décadas de 1920-1940, especialmente revistas que discutiam temáticas relativas à Linguagem. Dentre elas, destacamos a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, a *Revista da Academia Paulista de Letras*, a *Revista de História e Filologia*, a *Revista da Língua Portuguesa* e a *Revista do Brasil*. Constituíram-se, também, como fonte desta pesquisa produções da área fonoaudiológica, dentre estas, livros, dissertações, teses e a revista *Distúrbios da Comunicação* da PUC-SP e a *Revista Pró-Fono*.

A apresentação a seguir foi organizada em duas partes:

- Primeiramente, fiz considerações quanto à natureza e ao papel social da linguagem, bem como sobre o processo de oficialização da língua portuguesa como a Língua Nacional no Brasil.
- Posteriormente, busquei compreender como a oficialização da língua portuguesa, processada desde o período colonial, embora mais marcadamente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, interfere na forma pela qual as práticas fonoaudiológicas foram constituídas como práticas de normatização da linguagem. Analisei, ainda, como atualmente a norma culta é concebida, representada e utilizada pelos fonoaudiólogos.

Para falarmos da natureza e do papel social da linguagem, necessitamos, mesmo que brevemente, posicionarmo-nos quanto à concepção de linguagem de que partimos. Concordamos com a posição de Raimund Willian (1979) ao afirmar que “uma definição de língua, ou de linguagem, é sempre, implícita ou explicitamente, uma definição dos seres humanos no mundo”.

De acordo com esta posição, concebemos a natureza da linguagem do ponto de vista do que ela representa, refletindo como os elementos que a constituem se relacionam historicamente e culturalmente, sem a preocupação de conceituá-la iso-

Ana Paula Berberian

ladamente, como se fosse simplesmente o resultado de habilidades motoras, perceptuais e cognitivas. Ou seja, concebemos a linguagem como prática social, como elemento da cultura e como constitutiva da vida cotidiana. Dessa forma, os diferentes modos pelos quais a linguagem se manifesta comunicam modos de agir, de pensar e de se relacionar.

Abordar a linguagem como atividade constitutiva leva a considerar que as dimensões individual e coletiva, orgânica e social, normativa e transformadora, cultural e psicológica, técnica e política não podem ser tratadas como dicotômicas, ou abordadas por disciplinas específicas e à parte no estudo da linguagem. Além disso, consideramos que a soma de conhecimentos específicos não garante o entendimento do que a linguagem representa; nenhum de seus elementos é passível de um distanciamento efetivo dos demais sem resultar numa descaracterização da natureza e do alcance social da linguagem. Portanto, entendemos que a linguagem se constitui a partir da inter-relação de suas diferentes dimensões, processada na historicidade das tensões sociais vivenciadas.

Chamamos atenção que a ênfase na linguagem como constitutiva e a ênfase na história da língua não são suficientes para reformular a idéia da língua como estática e externa aos indivíduos. Além de discordarmos das restrições impostas pelas definições de língua como representação, expressão e reflexo da realidade, evidenciamos perigos ao se conceber a linguagem como anterior ou preexistente. Tais concepções, predominantes nos estudos desenvolvidos em torno da linguagem, tendem à distinção radical entre realidade e língua.

Contrapomos a idéia de linguagem como separada da cultura, e assim tratamos a discussão acerca de sua natureza e de seu papel social no âmbito do poder, ou seja, analisamos as estratégias de controle, de imposição e de discriminação *da* e *de* linguagem. Conforme Gnerre (1991), podemos analisar como o poder exercido *por meio* e *na* linguagem se evidencia nas próprias leis que o regimenta, circunscreve e autoriza. Ou seja, a começar pelo nível mais elementar das relações de poder: as leis são escritas nas línguas oficiais e, portanto, ignorá-las constitui “o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”.

Gnerre (1991) também deixa claro que embora os cidadãos sejam declarados iguais perante a lei, na realidade, são discriminados na base do mesmo código em que a lei é regida.

Por meio da linguagem, o poder se exerce tanto pelo que ela explicita, quanto mais pelo que oculta. Podemos evidenciar sua força ao tomarmos os significados construídos em torno das palavras “analfabeto” ou “analfabetismo”. Essas palavras são utilizadas, conforme o Dicionário Aurélio, para categorizar pessoas “muito ignorantes”, que “não sabem ler e escrever”. Embora este significado apareça como um conteúdo fixo, sabemos que existem significados associados, dos quais grande parcela da população fica privada. Por exemplo, o não aprendizado da leitura e da escrita está relacionado à falta de domínio de uma determinada variante de linguagem, conforme critérios estabelecidos por instituições, especialmente, a escola. As palavras alfabetizado e analfabeto têm o poder de dividir em dois grupos os que sabem (cultos) e os que não sabem (ignorantes) ler e escrever. Assim, obscurece os vários aspectos relacionados a este tipo de classificação, principalmente o fato de que a aquisição da escrita e da leitura faz parte de um processo que não tem data de início e de término. Sabemos que os limites entre o saber e o não saber ler e escrever, imprescindíveis para a delimitação do significado convencionalmente atribuído à díade analfabeto/alfabetização, são imprecisos e estabelecidos com base em critérios ideológicos.

Além deste exemplo, podemos apreender como muitas palavras são esvaziadas de significado, e o poder se expressa por meio destas a partir de um mecanismo de negação ou de perda de sentido. Palavras como política, político imprimem seu poder pelo mecanismo inverso da valorização de seus significados. É exatamente na imprecisão e na banalização daquilo que representam que o poder se realiza por meio dessas palavras.

O reconhecimento do poder da linguagem explica o interesse dos governantes, em nosso país, pela língua desde o século XVIII e, de forma mais sistemática, a partir do Estado Moderno. Nas primeiras décadas do século XX, fica evidente como as lutas de classes pelo direito de propriedade, por direitos políticos e pelos meios de produção tornam-se declaradamente associadas às questões de direito à língua, de direito à fala.

O interesse em torno das questões da língua não esteve restrito aos chamados especialistas da linguagem. Médicos, engenheiros, políticos, advogados, enfim, diferentes grupos sociais e áreas do conhecimento participaram não só das discussões acerca da definição da língua nacional, bem como da elaboração, sis-

*Ana Paula Berberian*

tematização de ações voltadas ao controle e à normatização da mesma. Chama atenção como, desde o período da colonização, a heterogeneidade lingüística foi tratada como um problema que atingia o Brasil, comprometendo seu progresso e desenvolvimento.

Apesar dos inúmeros argumentos lingüísticos usados para justificar a escolha e superioridade do português sobre as várias outras línguas aqui presentes, fica evidente como a oficialização do português como a Língua Nacional foi pautada em interesses políticos e sociais, do que decorre que a anunciada vitória do português sobre as diferentes formas de comunicação e expressão foi uma vitória de interesses de determinados grupos sociais sobre outros.

É importante ressaltar que, no período da colonização, existia o predomínio de línguas indígenas e africanas em várias regiões do Brasil, especialmente a chamada língua geral que pode ser considerada como uma variante de línguas indígenas, utilizadas para a comunicação entre os colonizadores, os diferentes grupos indígenas e os africanos que aqui conviviam. Naquele período, havia uma compreensão por parte dos colonizadores e missionários de que a língua consistia num dos principais instrumentos para a disciplinarização e domesticação destes grupos. A aculturação destes grupos e a imposição de modos de vida dos colonizados foram processadas, dentre várias iniciativas, a partir da imposição da língua portuguesa. Pudemos acompanhar como, num primeiro momento, os colonizadores e missionários tiveram interesse em conhecer os valores, hábitos e modos de fala dos grupos indígenas e africanos que aqui conviviam, pois entendiam que conhecer a língua do outro era condição para discipliná-lo e domesticá-lo. Isso explica a aparente aceitação e o aprendizado por parte dos colonizadores da língua geral, utilizada para a catequese e imposição de idéias e modos de vida e culturas. Em um segundo momento, os falares indígenas, africanos e crioulos passaram a ser combatidos e controlados.

Neste sentido, diversas iniciativas foram tomadas pelo Estado, com apoio de grupos sociais dominantes, para a proibição de diferentes falares, inclusive da língua geral, e, portanto, para impor a obrigatoriedade do uso do português. Dentre essas iniciativas, destacamos uma lei que ameaçava de prisão aqueles que não se comunicavam por meio do português, bem como outra que recompensava aqueles que se propunham a aprendê-la e adotá-la.

Com o tempo, tais estratégias passaram, cada vez mais, a ser tratadas na esfera da ciência, e uma série de instrumentos lingüísticos foram organizados, como as gramáticas e os dicionários, os movimentos literários e as reformas ortográficas, com o intuito de estabelecer a uniformização da grafia nacional e, com base nesta, da própria língua falada.

Neste processo de normatização da língua, de afirmação de uma variedade e das tentativas de desqualificação e aniquilamento das diversidades lingüísticas, podemos acompanhar, também, a construção da noção de *bom* e do *mal* falante e escritor, a partir de critérios moralizadores. Desta forma, foi estabelecida uma relação direta e paradoxal entre norma lingüística, nacionalidade e patriotismo.

O bom falante/escritor passou a ser representado pela figura do indivíduo capaz de falar e escrever corretamente o português. É interessante notar que, associada a este ideal de falante e escritor, foi construída, ao longo de nossa história, a idéia de que o Português é uma língua difícil, que poucos têm a capacidade e a oportunidade de dominar. Assim, sobrepondo-se a um ideal de língua e de falante/escritor, foi construída a idéia de uma língua inacessível, distante e externa aos indivíduos.

Resforçando esta idéia, estudos, relatos de pesquisa, artigos e opiniões do senso comum apontam dificuldades, por parte da população brasileira, com relação ao aprendizado e domínio da linguagem oral e escrita, revelando que indivíduos dos mais variados grupos sociais estabelecem uma relação negativa e inadequada com tais modalidades de linguagem.

Entretanto, os alarmes constantes diante desta situação não evoluem para uma avaliação crítica e abrangente dos diferentes aspectos envolvidos com este problema. Geralmente, tendem ora a circunscrever o problema ao contexto educacional e investir na elaboração de pressupostos e procedimentos educacionais, ora a identificar os problemas com os aspectos relativos à complexidade da língua portuguesa e de seu aprendizado.

No segundo caso, são comuns afirmações como a de que a língua portuguesa é difícil, cheia de armadilhas e exceções, de que o brasileiro não sabe o português. Essas afirmações fazem parte da construção da imagem negativa que o brasileiro tem de si, da língua falada em nosso país e da sua condição de falante, escritor e leitor.

*Ana Paula Berberian*

Com base na idéia de que existe uma única língua no nosso país e uma forma correta de utilizá-la, foi e é estabelecida uma série de critérios para identificar e valorar manifestações de uma parcela significativa da população que, a rigor, não possui esta língua, mas dialetos, desvios, vícios ou, ainda, distúrbios da comunicação.

Entendemos que, especialmente para a Fonoaudiologia, interessa refletir sobre a forma pela qual os adjetivos mau e bom, certo e errado, normal e patológico passaram a delimitar o padrão de língua, pressupondo que a regra, a norma lingüística, embora esteja apoiada na experiência, nos hábitos de determinados grupos, aparece como verdadeira, atribuindo assim à regra um caráter neutro, com significados fixos e invariáveis.

Mediante este processo, consideramos fundamental que a Fonoaudiologia reflita sobre como, no Brasil, ocorreu a formação de uma língua imaginária – de língua um padrão de normalidade, a partir da qual tendemos a desconsiderar o que a língua é, para nos ocuparmos com o que ela deve ser.

Chama atenção como as diversidades de linguagem são tratadas, desde o período da colonização, segundo uma perspectiva etnocêntrica, ou seja, a partir de uma tendência de ver, analisar, compreender o outro como um reflexo disforme e/ou desfocado da própria imagem.

Impressiona-nos a tentativa recorrente, por parte de estudiosos da língua, desde o final do século XVIII e pelo menos até meados deste século, de identificar nos falares indígenas, africanos, estrangeiros, rurais, patológicos, enfim, nas diversidades lingüísticas, palavras, expressões consideradas, nada mais que versões mal-acabadas e/ou simplificadas do português.

Esta postura etnocêntrica, predominante nos estudos e práticas de linguagem em nosso país, reforça a necessidade de a Fonoaudiologia questionar a tradição de pensar e conceber o outro e a diferença por meio de critérios discriminatórios e hierarquizantes.

A forma imperativa pela qual a língua portuguesa é apresentada como única correta e a necessidade de sua afirmação como homogênea revelam uma preocupação em suprimir e abafar outras formas de expressão presentes em nosso país, que apontam para o campo de tensões e confrontos constituídos em torno da definição de uma língua e da unidade nacional. Em outras palavras, a cons-



trução da norma lingüística representou um processo de violência simbólica sem precedentes em nossa história. Contudo, apesar dos esforços gastos para propor e convencer a viabilidade da unificação da língua nacional, a persistência dos erros, desvios, distorções apresenta-se como um problema ainda não superado.

Diante do contraste entre as condições de aprendizado, domínio e acesso à norma culta, por parte da população brasileira, e sua idealização, ambas gerando controle e discriminação, surgiram questões que nortearam a análise da articulação das práticas fonoaudiológicas no contexto nacional, ou seja:

- Por que grande parte da população tem introjetada a idéia de mal falante e escritor?
- De que forma esta imagem interfere e interferiu no domínio da linguagem por parte da população?
- Como ocorre o processo de identificação da população com a língua nacional e até que ponto esta se vê como constitutiva e possuidora da mesma?
- De que forma as relações que as pessoas estabelecem com a linguagem interferem em sua condição de cidadão?
- Ou ainda, sendo a linguagem um dos principais elementos da cultura e constatando-se historicamente um distanciamento e uma estranheza por parte da população em relação à mesma, como foi construída a noção de cidadania e de nação?

Pretendemos, nesta última parte da apresentação, trazer elementos que nos permitam compreender os fundamentos e o papel social sob os quais a Fonoaudiologia vem legitimando e constituindo sua identidade.

Até o momento, procurei evidenciar como, ao longo de nossa história, esforços são gastos para obscurecer as dimensões políticas, culturais e sociais que constituem a linguagem e as intervenções normatizadoras sobre a mesma.

Pudemos apreender como práticas de controle da linguagem passaram a ser abordadas prioritariamente, a partir de princípios técnicos, com o objetivo de deslocar as razões sócio-históricas envolvidas com a uniformização da língua nacional. Se o fortalecimento do discurso técnico científico culminou, na década de 1960, na institucionalização acadêmica da Fonoaudiologia como área forma-

dora dos especialistas dos distúrbios da comunicação, a insistência em considerar o surgimento dos cursos de Fonoaudiologia como o início desta área significa reduzir a prática fonoaudiológica a um caráter técnico-especializado.

A pesquisa realizada demonstra que a Fonoaudiologia originou-se nas primeiras décadas deste século, com o objetivo de eliminar diferenças de linguagem existentes entre os diferentes grupos que compunham a nossa sociedade, em nome do progresso e da unidade nacional. Diante da multiplicidade racial e cultural expressa nos diferentes comportamentos, valores e falares da população, a Fonoaudiologia surge atrelada a um conjunto de instituições e agentes, para combater as diversidades lingüísticas, classificadas como sinal de anormalidade e patologia social que colocavam em risco o progresso do país.

É importante refletirmos sobre como, apesar dessas evidências, acompanhando a tendência em reduzir e neutralizar a complexidade das questões em torno da normatização da língua, a Fonoaudiologia, de forma geral, não aborda a linguagem como elemento da cultura e como constitutiva das formas de organização de nossa sociedade.

Pretendo chamar atenção para o fato de que a Fonoaudiologia, tradicionalmente, não se reconhece como prática social, inserida num contexto de lutas, confrontos e tensões historicamente envolvidas com questões relativas à classificação e à formulação de procedimentos definidores da norma culta. Razão pela qual tem privilegiado as dimensões técnicas, estruturais e orgânicas da linguagem para fundamentar seus conhecimentos e práticas.

Refletir acerca desta tradição torna-se fundamental, pois, caso contrário, a Fonoaudiologia se encontra desprovida das ferramentas necessárias para a crítica de suas ações, além de contribuir para a imposição de projetos e valores formulados por grupos dominantes. Nota-se que o fonoaudiólogo constitui-se e é identificado, entre outros, como um dos profissionais que representa, detém, classifica e, por último, dita a norma lingüística a ser seguida por aqueles que procuram seus serviços.

Ao adotar, sem questionamentos, um determinado modelo de língua como correto, legítima falares de grupos e culturas específicos, desqualificando e contribuindo para discriminação de suas variantes e diversidades.

Pudemos acompanhar como a Fonoaudiologia constituiu-se a partir de estudos em torno da norma lingüística e dos diferentes usos da fala e da escrita da população, desenvolvidos desde as primeiras décadas deste século, com intuito de classificar e sistematizar defeitos da linguagem oral e escrita e, em contraposição, fixar uma forma-padrão de língua.

Essa perspectiva implicou o avanço significativo de pesquisas a respeito da pronúncia e da articulação da fala dos diferentes grupos populacionais, priorizando a caracterização da produção articulatória da fala, como se as diferenças de costumes, hábitos e culturas pudessem ser eliminadas, uma vez controlada e unificada a língua. A necessidade de extirpar, dos falares desviantes, sotaques, pronúncias, expressões, considerados o principal fator de atraso e degeneração nacional, resultou na configuração do especialista dos distúrbios da linguagem.

Dessa forma, encontravam-se sistematizados, nas primeiras décadas do século XX, conhecimentos relativos aos mecanismos e órgãos envolvidos com a produção da fala, sobre os quais ganha sustentação parte dos procedimentos clínicos fonoaudiológicos. Encontramos registros de descrições dos órgãos vocais e aparelho articulatório, assim como é estabelecida a relação entre os padrões de respiração, mastigação, deglutição e a produção da fala.

Tais estudos partiam da fragmentação da linguagem em mecanismos de recepção e emissão, buscando compreender como e em que condições a fala era ouvida e decodificada. A discriminação do som, colocada como requisito para o projeto de uniformização da língua, ainda motivou a realização de pesquisas sobre as estruturas e os mecanismos envolvidos na audição normal e patológica. Para tanto, foi necessário criar recursos técnico-científicos, a partir dos quais pretendia-se diagnosticar e promover a educação da audição e utilizá-la como um dos meios de normatização da linguagem. A discriminação perfeita dos sons constituiu-se em um dos fatores básicos de higienização da fala, uma vez que, por meio da boa recepção, produções indesejáveis e incorretas poderiam ser eliminadas.

É sintomático notar que a fonética, a Lingüística e a Medicina tiveram grande participação nas pesquisas desenvolvidas acerca da linguagem, das quais podemos notar que a relação estabelecida entre a Fonoaudiologia, a Lingüística e a Medicina vem sendo configurada desde o início das práticas fonoaudiológicas.

*Ana Paula Berberian*

Portanto, muitos dos conhecimentos por meio dos quais a Fonoaudiologia compreende a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, bem como a distinção entre seu estado normal e patológico, em vez de terem sido elaborados após a institucionalização acadêmica da Fonoaudiologia, foram determinantes para o processo que culminou com a criação dos seus primeiros cursos. Assim, muitos dos conhecimentos que compõem o rol dos que caracterizam a especificidade da Fonoaudiologia são equivocadamente apontados como produzidos a partir da configuração acadêmica desta profissão.

Podemos, ainda, acompanhar como, junto à definição dos mecanismos e das etapas de aquisição da fala, elaboradas e utilizadas por médicos e educadores, iniciativas foram tomadas no sentido de comparar e diagnosticar, a partir de um referencial de normalidade, vícios e desvios de linguagem. Ao lado dos procedimentos voltados ao diagnóstico da linguagem, encontramos, incorporados às atividades escolares desenvolvidas por professores, procedimentos e técnicas para eliminação de tais distúrbios.

Subjacente à visão de que os distúrbios da linguagem eram decorrentes do uso e/ou contato com outros idiomas, línguas ou dialetos, começou a ser veiculada a idéia de que os modos de fala incorretos dos adultos eram uma das principais causas da proliferação dos desvios e vícios de linguagem reproduzidos pelas crianças.

Com este argumento, a família deixava de ser responsável pelo ensino da língua a seus filhos, deslocando-se para a instituição escolar esta responsabilidade. Ao assumir este papel, a escola passou a atuar na uniformização da língua, participando, decisivamente, do projeto de regeneração e aperfeiçoamento da “raça”.

Assim, a tarefa de ensinar a língua passou da mão dos pais para a escola, e a educação da fala esteve incluída tanto na formação das crianças, como no aperfeiçoamento dos próprios professores. Isso levou alguns professores a alterarem paulatinamente seu papel para terapeutas da palavra, ou melhor, para especialistas dos erros da palavra.

Com a tarefa de corrigir a fala e o dever de eliminar os vícios das pronúncias dos alunos, a valorização e o reconhecimento do professor estiveram asso-

ciados à figura de um profissional que deveria ser técnica e cientificamente mais bem formado, abrindo espaço para a consolidação do discurso da competência especializada, culminando com a própria configuração da Fonoaudiologia.

Se, no período de sua constituição, as práticas fonoaudiológicas foram desenvolvidas prioritariamente no âmbito escolar, articuladas às áreas da Medicina e da Psicologia, a partir das décadas de 1940-50, sua ação foi progressivamente se afastando do universo educacional e assumindo, cada vez mais, um caráter clínico voltado para o atendimento individual.

Nesta direção, legitimada e oficializada por fundamentos e definições científicas, a Fonoaudiologia vincula-se à área médica, com o papel de corrigir defeitos da fala, a partir de uma ação preferencialmente técnico-organicista. Caracterizando-se como um campo de atuação preocupado com a supressão dos distúrbios da comunicação, institucionaliza-se academicamente, na década de 1960, procurando garantir objetividade científica, a partir do desenvolvimento de instrumentalização técnica, e não de ações críticas sobre a realidade.

Considero que um dos obstáculos para superar esta tendência reside no fato de que, ao tentar romper com paradigmas tecnicistas e organicistas, não se prioriza a análise de sua inserção em contextos político-sociais e historicamente constituídos.

Neste sentido, proponho que a natureza e o papel social da Fonoaudiologia sejam pensados à luz dos seguintes questionamentos:

Que Brasil é este que comemora seus 500 anos?

Por quantos povos e por quantas línguas este país foi e é constituído?

Ou melhor, quantas culturas foram e continuam sendo aniquiladas, abafadas e desqualificadas para que a Língua Padrão, o Português, se perpetue como língua soberana e vitoriosa perante os diferentes falares que aqui conviviam e se fazem presentes?

Enfim, estaremos comemorando a descoberta de que Brasil? Quantos outros perderam visibilidade nestes 500 anos, ficando à margem da história tradicionalmente registrada e contada?

*Ana Paula Berberian*

**Referências bibliográficas**

GNERRE, M. (1991). *Linguagem, escrita e poder*. 3 ed. São Paulo, Martins Fontes.

WILLIAMS, R. (1979). *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.